

CONTRATO CEDAE N.º 169 /2018 (DT)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e as empresas reunidas através do **CONSÓRCIO ÁGUA PARA A BAIXADA**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor de Engenharia, Sr. HUMBERTO DE MELLO FILHO, doravante denominada **CEDAE**, e as empresas: (1) **CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.**, Líder do Consórcio, com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 106, São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20940-060, inscrita no CNPJ sob o nº 33.146.648/0001-20; por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Comercial, Sr. LUIZ ROBERTO CANECA, brasileiro, Engenheiro Civil, portador do RG nº 2.145.305 (IFP/RJ) e inscrito no CPF sob o nº 295.709.807-53, Diretor Operacional, Sr. ALDO VAZ SAMPAIO, Brasileiro, Engenheiro Civil, portador do RG nº 04061435-6 (IFP/RJ) e inscrito no CPF sob o nº 541.325.197-00 e (2) **ENCIBRA S.A. ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA**, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 13.797, Bloco 03. 17º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP, CEP: 04.795-100, inscrita no CNPJ sob o nº 33.160.102/0001-23, por meio de seu Procurador ao final assinado, Sr. JOSÉ DE RIBAMAR JORGE NOGUEIRA DA CRUZ, portador do RG nº 02.259.251-3 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 245.551.267-34, aqui reunidas através do **CONSÓRCIO ÁGUA PARA A BAIXADA**, estabelecido na Rua Euclides da Cunha, nº 106, São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.940-060, inscrito no CNPJ sob o nº 31.919.203/0001-00, doravante designada em conjunto como **CONTRATADA**, têm entre si, na conformidade do que consta do Processo nº **E-17/100.188/2016** relativo à Licitação **CN nº 004/2016 - ASL-1.1** justo e acordado o presente que se regerá incondicional e irrestritamente pelas normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações da Lei 8.883, de 08/06/94 e da Lei 9.648 de 27/05/98, pela Lei nº 287, de 04/12/79 e pelo Decreto nº 3.149, de 28/04/80, que regulamentou o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, e pelo Decreto Estadual nº 16.672, de 28/06/91, pela legislação pertinente e pelas cláusula e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Contrato é a **"CONTRATAÇÃO DO GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE"**, conforme detalhado no Anexo V - Estimativa Orçamentária - do Edital de Licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

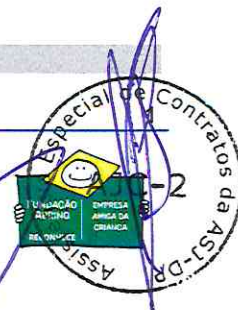
- 2.1. Os documentos abaixo relacionados, rubricados pelas partes, integram o presente Contrato:

Anexo A - Edital da Licitação CN Nº 004/2016 - ASL-1.1 e seus Anexos;
Anexo B - Proposta da **CONTRATADA**, nº 0.5.2.002/244/2017, inserida às fls. 8.121 a 8.137 (volume 028) do processo E-17/100.188/16, datada de 17/11/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CEDAE

- 3.1. Constituem obrigações da **CEDAE**:

a – providenciar a publicação resumida do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos do parágrafo único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93;
b – remeter cópia deste instrumento contratual ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 15 (quinze) dias de sua publicação;
c – efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
d – emitir autorizações específicas para atuação junto a terceiros;
e – fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a - conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita obediência às leis vigentes;
- b - obedecer às Normas de Projeto e Execução de Obras da **CEDAE**, tomando delas expresse conhecimento;
- c - responder pelos serviços que executar, na forma da lei;
- d - prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**;
- e - providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, com vigência a partir da data de início dos serviços até seu recebimento definitivo. Assim sendo, será responsável pela contratação dos seguros do pessoal, edificações, instalações, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços, sob pena de assumir diretamente todos os riscos e ônus inerentes;
- f - comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- g - atender a todas as solicitações de natureza técnica, da **CEDAE**, relacionadas com o objeto deste Contrato;
- h - manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;
- i - obedecer estrita e rigorosamente aos prazos de execução dos serviços constantes deste Contrato, cabendo à **CEDAE**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que à **CONTRATADA** assista direito a indenização;
- j - destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da **CEDAE**;
- l - substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;
- m - prestar, sem ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;
- n - submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho;
- o - providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77, relativa à execução dos serviços, definindo os responsáveis técnicos dos mesmos.
- p - manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.
- q - A **CONTRATADA** deverá se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização do objeto da licitação.
- r - A **CONTRATADA** deverá obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades.
- s - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei estadual nº 7.258, de 12/04/2016, preencher os postos de trabalho com pessoas portadores de deficiência ou necessidades especiais, respeitando o contido no

art. 7º, inciso XXXI, da Constituição Federal, na seguinte proporção indicada no art. 93, da Lei nº. 8.213, de 24/07/1991:

- I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
- II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
- III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
- IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

CLÁUSULA QUINTA - FISCALIZAÇÃO

5.1. É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

5.2. A ação ou omissão da Fiscalização da **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E SUA SUBMISSÃO AO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

6.1. Os serviços ora contratados deverão estar concluídos no Prazo de 24 (vinte e quatro) meses corridos a partir do dia seguinte à data estabelecida na Ordem de Início para execução dos serviços.

6.2. O Início de Vigência, do presente Contrato, será no dia seguinte à data estabelecida na Ordem de Início para execução dos serviços.

6.3. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais mínimas estabelecidas em percentagens acumuladas em relação ao valor total dos serviços contratados, em conformidade com o cronograma físico-financeiro anexado ao presente Contrato que, devidamente rubricado pelas partes contratantes, passa a fazer parte integrante deste instrumento.

6.4. A ocorrência de condições que poderiam ocasionar a prorrogação do prazo contratual, bem como dos prazos intermediários de execução dos serviços, estipulados no cronograma físico-financeiro apresentado pela **CONTRATADA**, serão apreciadas e decididas pela Fiscalização que, a seu critério, poderá alterá-los, desde que não acarretem para a **CEDAE** qualquer acréscimo de custo nos serviços e sejam plenamente justificados. Neste caso, tais alterações de prazos não serão consideradas como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - PREÇO E VALOR DO CONTRATO

7.1. A **CONTRATADA** se obriga a realizar os serviços ora contratados, em regime de empreitada por preço unitário, pelo preço de sua Proposta na Licitação no valor de **R\$ 16.830.804,54 (dezesseis milhões, oitocentos e trinta mil, oitocentos e quatro reais e cinquenta e quatro centavos)**, conforme tabela abaixo, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

Item	Discriminação	Quantidade (Unid.)	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Relatório de Gerenciamento do Programa	24	177.610,01	4.262.640,24
02	Relatório de Supervisão Geral das Obras e Fiscalização de Campo	20	198.019,72	3.960.394,40
03	Relatório de Andamento das Intervenções no Sistema de Abastecimento de Água na localidade de Cabuçu, no município de Nova Iguaçu	7	51.386,01	359.702,07
04	Relatório de Andamento das Intervenções no Sistema Integrado de Abastecimento de Água nas Localidades de Jardim Esplanada, Jardim Alvorada, Brasília, Posse e JK no Município de Nova Iguaçu e Mesquita	10	61.472,94	614.729,40
05	Relatório de Andamento das Intervenções no Sistema de Abastecimento de Água de Diversas Localidades do Município de Queimados – 1ª Etapa	7	61.679,06	431.753,42
06	Relatório de Andamento das Intervenções no Sistema de Abastecimento de Água de Diversas	18	70.671,44	1.272.085,92

Localidades do Município de São João de Meriti – 1ª Etapa				
07	Relatório de Andamento das Intervenções no Sistema de Abastecimento de Água de diversas Localidades do Município de Belford Roxo.	18	57.730,14	1.039.142,52
08	Relatório de Andamento das Intervenções no Sistema de Abastecimento de Água de diversas Localidades do Município de Duque de Caxias.	6	46.342,55	278.055,30
09	Relatório de Andamento da Complementação da Nova Adutora Principal da Baixada Fluminense (NAPBF) e Novo Booster Austin/Queimados	7	41.299,09	289.093,63
10	Relatório de Andamento do Reforço no Abastecimento de Água no município de Nilópolis e outros	10	41.299,09	412.990,90
11	Relatório de verificação e aprovação de projetos	18	116.649,57	2.099.692,26
12	Relatório de Supervisão do Trabalho Técnico Social - PTTS	24	75.438,52	1.810.524,48
TOTAL				16.830.804,54

*planilha inserida às fls. 8.127 do processo E-17/100.188/16 (volume 028).

7.2. O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

7.3. Os recursos correrão à conta do Código Orçamentário 2018 da CEDAE, conforme Atividade abaixo relacionada:

- Programa de Trabalho: 1201673468.
- Código Orçamentário: 44905105.
- Fonte de Recursos: 10.
- Conta Contábil: 161110011.
- Centro. Custos: DT03000000.
- ID da Reserva Orçamentária: 2018000877.

7.4. O pagamento por eventuais serviços ou itens não previstos (ITENS NOVOS) será feito com base no custo unitário constante do Sistema EMOP, acrescido do BDI estabelecido pela administração no orçamento base, sendo que, os itens novos não constantes do sistema EMOP terão seus preços limitados aos indicados nos sistemas de orçamentação de obras (SICRO/SINPI/SCO/PINI/SBS) ou, em caso de inexistência nestes, ao menor preço obtido junto à no mínimo três fornecedores especializados, aplicando-se o desconto inicialmente obtido na licitação.

7.4.1. Em havendo acréscimo ou supressão de serviços constantes na planilha original, os preços unitários serão os mesmos originariamente propostos.

7.5. A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art.65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Somente será analisada a concessão do reajustamento de preços caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da data da apresentação da proposta, observada a legislação vigente e/ou substitutivas e face à comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso será adotado como limite o índice relativo à família de cada item da Planilha Orçamentária.

- os preços contratados serão reajustados, unicamente em obediência à periodicidade prevista na lei vigente, e de acordo com o seguinte critério:
- o valor do reajustamento, das obras e serviços contratados, será calculado pela variação do Índice relativo a família de cada item da Planilha Orçamentária, que corresponde aos cinco primeiros dígitos do Código do Serviço, de acordo com a classificação estabelecida no

"Catálogo de Referência da EMOP", tendo como data base a apresentação da proposta, segundo a fórmula que segue:

$$R = \sum P_0 * Q * \left[\frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

onde :

R = Valor do reajustamento
P₀ = Preço unitário contratual
Q = Quantidade medida no mês
I = Índice da família EMOP correspondente ao mês do reajustamento
I₀ = Índice da família EMOP correspondente ao mês da apresentação da proposta.

- o valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

9.1. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

9.2. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

9.3. A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, mensalmente, as seguintes comprovações:

- a) Prova de pagamento dos salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com a habitualidade, devam integrar os salários;
- b) Prova de pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados;
- c) Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados;
- d) Prova de regularidade com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos, incluindo aqueles relativos aos empregados vinculados ao contrato.

9.4. A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND) e a Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

9.5. A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos subitens 9.3. e 9.4. ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

10.1. As obras ou serviços objeto deste Contrato serão executadas(os) sob a direção e responsabilidade técnica do Eng.º, Sr. ANTÔNIO FERNANDO DO LIVRAMENTO MARTINS inscrito no CPF sob o nº 764.845.648-68,

e no CREA sob o nº 260354862-0 (Registro Nacional), que fica autorizado a representar o consórcio, em suas relações com a **CEDAE**, em matéria de serviço.

10.2. A **CONTRATADA** obriga-se a manter o engenheiro indicado nesta cláusula como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local das obras ou dos serviços até seu final. A substituição dos Responsáveis Técnicos poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da **CEDAE**.

10.3. O Responsável Técnico aqui indicado deverá figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 11.10 da Cláusula Décima Primeira deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MEDIÇÃO, FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos das faturas serão efetuados em parcelas mensais, após a aceitação das medições correspondentes por parte da **CEDAE**, no 30º (trigésimo) dia corrido contado a partir da data final do período de adimplemento.

11.1.1. O valor da fatura sofrerá compensação financeira, por eventual atraso, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês "pro-rata-dia", desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento.

11.1.2. Em caso de antecipação de pagamento, o valor da fatura sofrerá um desconto de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês "pro-rata-dia", a partir do dia seguinte ao do efetivo pagamento até a data prevista do pagamento.

11.1.3. Em caso de atraso no pagamento, o valor da fatura será acrescido de multa de 1% (um por cento) ao mês, calculada "pro-rata dia", desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento.

11.2. Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária, mantida pela **CONTRATADA**, via Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor" (Anexo VI).

11.2.1. No pagamento da segunda e demais parcelas mensais do contrato só será efetuado mediante demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, relativas aos empregados vinculados ao contrato, referentes ao mês anterior à data do pagamento, de acordo com o disposto no subitem 9.3 da cláusula nona.

11.2.2. A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento a Comissão de Fiscalização, sito na Av. Presidente Vargas, 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ, acompanhada de cópia autenticada do comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no subitem 9.3 da cláusula nona, e respectiva folha de pagamento relativa à mão de obra empregada no contrato, com base no prescrito no parágrafo 2º do artigo 71 da Lei 8666/93, ficando o pagamento condicionado ao atendimento ao exigido neste subitem.

11.3. Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a **CONTRATADA**, estabelecerá a programação dos serviços preventivos a serem realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

11.4. Mensalmente, a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.

11.5. A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da medição/fatura dos serviços realizados e considerados pela Fiscalização aceitos e de conformidade com o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.

11.5.1 Os itens serão medidos em função dos produtos apresentados, ou seja, os relatórios apresentados.

11.6. A Fiscalização terá 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da medição/fatura, para aprová-la ou devolvê-la.

11.6.1. No caso da não concordância com parte da medição, a Fiscalização liberará a parte não controvertida, notificando a **CONTRATADA** quanto às pendências do restante da medição.

11.6.2. No caso de a Fiscalização encontrar erros na medição feita pela **CONTRATADA**, esta medição lhe será devolvida para sua reapresentação ou para proceder conforme disposto em 11.6.1.

11.7. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, a contagem do prazo para pagamento será suspensa até a reapresentação da respectiva fatura isenta de erros, sendo então prosseguida a contagem inicialmente interrompida.

11.8. A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

11.9. Toda fatura fará menção específica à medição na qual a mesma se baseia.

11.10. A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, da comprovação de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA do serviço.

11.11. Os pagamentos, das faturas ou notas fiscais, das etapas da prestação dos serviços, ficarão condicionados à apresentação, pela **CONTRATADA**, de cópia autenticada da guia quitada de recolhimento dos encargos previdenciários e respectiva folha de pagamento relativa aos serviços realizados na etapa faturada, conforme prescreve o parágrafo 2º do Art. 71 da Lei 8.666/93 alterado pelo Art. 4º da Lei 9.032/95 de 28/04/95.

11.11.1. Para efeito do subitem anterior a **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para os serviços contratados, conforme preconizado no parágrafo 4º do Art. 31 da Lei 8212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei 9.032/95 de 28/04/95.

11.12. A **CEDAE**, a qualquer tempo, poderá utilizar créditos da **CONTRATADA** para atender aos compromissos e obrigações assumidos, e não cumpridos, pela mesma, junto aos seus empregados e subcontratados, em decorrência dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIAS

12.1. Como garantia do Contrato e da boa execução dos serviços em objeto e para cobertura de eventuais débitos, as **CONTRATADAS** depositaram na Tesouraria da CEDAE, em 09/11/2018, apólices de seguro garantia na importância de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato (item 2 do parágrafo 2º do Art. 47 do Decreto Estadual nº 21.669 de 28/09/95), de acordo com o Art. 56 (cinquenta e seis) da Lei 8.666/93, cujo comprovantes estão anexos respectivamente às folhas 8.235/8.247 e 8.248/8.261.

12.1.1. Para qualquer modalidade escolhida pelo licitante, a garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos, dentre outros:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada.

12.2. Sempre que se fizer necessário, a **CONTRATADA** deverá providenciar o reforço da garantia, mantendo assim a relação de 5% (cinco por cento) entre o valor da Garantia Contratual e o valor do Contrato.

12.3. A liberação da garantia de que tratam os itens anteriores desta Cláusula ficará condicionada à autorização, por parte da **CEDAE**, depois de apurado administrativamente o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** e após a aceitação definitiva da obra ou serviços pela Fiscalização da **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. A realização dos serviços, conforme definidos no Edital da Licitação e na Proposta da **CONTRATADA**, terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE**. (Ordem de Início)

13.2. A **CEDAE** poderá, a qualquer tempo e a seu critério, determinar por escrito a suspensão dos serviços em andamento. A suspensão tornar-se-á efetiva 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento, pela **CONTRATADA**, desta determinação, devendo a mesma proceder à entrega dos serviços até então executados ou em execução, os quais lhe serão remunerados pela **CEDAE**, desde que tecnicamente aceitos.

13.3. A **CEDAE** poderá deixar de expedir Ordem de Execução - OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução dos serviços, ou ainda se a **CONTRATADA** não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da **CEDAE**. Nestes casos, não assistirá à **CONTRATADA** direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização.

13.4. As Ordens de Execução emitidas pela **CEDAE** e aceitas pela **CONTRATADA** ficarão fazendo parte integrante deste Contrato.

13.5. A Coordenação Geral dos trabalhos da **CONTRATADA** deverá estar localizada, obrigatoriamente, no Município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da **CEDAE**.

13.6. Deverá ser obedecida a orientação da Fiscalização da **CEDAE** na execução dos serviços.

13.7. Na execução dos serviços objeto deste Contrato serão obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.

13.8. Na execução do objeto contratual serão também seguidos os dispositivos da CEDAE-DPO-1 abaixo discriminados, cujas cópias poderão ser adquiridas na Coordenação de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, à Av. Presidente Vargas, 2655 - 7º andar, no horário de 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

13.8.1.Ordem de Serviço "E" DPO nº 01, de 01/04/85 que aprova o Modelo de Memorando para Solicitações Endereçadas à **CEDAE**.

13.8.2.Ordem de Serviço "E" DPO nº 001, de 28/01/88 que aprova as Normas para Medições de Obras ou Serviços.

13.8.3.Ordem de Serviço "E" DPO nº 03, de 01/04/85 que aprova as Normas para Prorrogação ou Suspensão do Prazo Contratual das Obras ou Serviços.

13.8.4.Ordem de Serviço "E" DPO nº 04, de 01/04/85 que aprova as Normas para Fiscalização das Obras ou Serviços.

13.8.5.Regulamento Geral de Medição e Preços de Serviços e Obras.

13.9. A **CONTRATADA** se responsabilizará, por si e por seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título venha a causar à **CEDAE**, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato, assim como pelos causados por seus possíveis subcontratados.

13.10. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

13.10.1.Todos os empregados da **CONTRATADA** e de seus possíveis subcontratados deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e

demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação, caso ocorra por culpa de empregados da gerenciadora, correrá por conta da **CONTRATADA**.

13.11. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que, aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais estabelecidas pela **CONTRATADA** no cronograma físico-financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total dos serviços contratados.

13.11.1. Caso estas etapas mensais não sejam cumpridas pela **CONTRATADA**, após a verificação da Fiscalização da **CEDAE**, serão pagos à **CONTRATADA**, somente os serviços e fornecimentos efetivamente executados.

13.12. Todos os serviços de gerenciamento e supervisão das obras do programa deverão ser executados de forma a garantir sua completa e correta realização. Em caso de erros ou falhas no gerenciamento que acarretarem prejuízos patrimoniais à **CEDAE**, responderá a contratada pela indenização devida.

13.13. Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.

13.14. A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.

13.15. A **CONTRATADA** se obriga a cooperar com outras contratadas da **CEDAE**, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.

13.16. A aceitação dos serviços ficará sujeita à aprovação da Fiscalização, obrigando-se a **CONTRATADA** a refazer aqueles que forem rejeitados sem qualquer ônus para a **CEDAE**.

13.17. A aceitação provisória da obra ou serviços será promovida pela **CEDAE**, mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro do prazo de 15 (quinze) dias da comunicação por escrito da **CONTRATADA**, informando a conclusão dos serviços.

13.17.1. Para o recebimento provisório será necessário a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) junto ao INSS, a comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade da Situação Fiscal junto ao FGTS.

13.18. A aceitação definitiva dos serviços será promovida pela **CEDAE** mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, após 90 (noventa) dias da emissão do termo de que trata o item anterior desta Cláusula e, desde que tenham sido sanadas por parte da **CONTRATADA** as eventuais irregularidades nele consignadas, inclusive aquelas estipuladas na letra "m", item 4.1. da Cláusula 4ª deste Contrato. Nesta ocasião será emitido termo circunstanciado, assinado pelas partes.

13.18.1. Para a expedição do Termo de Recebimento Definitivo a **CONTRATADA** deverá tomar as seguintes providências:

- a) Efetuar as verificações finais dos serviços, emitindo listas de verificações com vistas ao recebimento provisório e definitivo das obras por parte da Fiscalização da **CEDAE**;
- b) Elaborar os relatórios finais das obras para subsidiar a **CEDAE** a prestação de contas;
- c) Apoiar e acompanhar a entrega dos serviços para a área operacional da **CEDAE**;
- d) Corrigir os defeitos ou imperfeições apontados ou que venham a ser verificados em qualquer elemento dos serviços de gerenciamento e supervisão executados;
- e) Apresentar a quitação das obrigações trabalhistas relacionadas com o pessoal empregado na obra, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS;
- f) Apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo INSS relativo à obra/serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO DO CONTRATO

14.1. A **CONTRATADA** só poderá subcontratar, mediante aprovação prévia, por escrito, da **CEDAE**, tendo como limite estabelecido o percentual de 18% (dezoito por cento) do total do objeto licitado e desde que não contemple atividades correspondentes às parcelas de maior relevância técnica exigidas para fins de qualificação dos licitantes.

14.1.1. É vedada a cessão ou sub-rogação do contrato.

14.2. A autorização de subcontratação concedida pela **CEDAE** não eximirá à **CONTRATADA** da responsabilidade total pelo cumprimento de todos os termos e condições deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

15.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária pela Administração Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

15.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

15.2.1. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

15.3. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

15.3.1 A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do item 15.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

15.3.2 A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", do item 15.1, será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

15.3.3 A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 15.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

15.4. A multa administrativa, prevista na alínea b, do item 15.1, observará o seguinte:

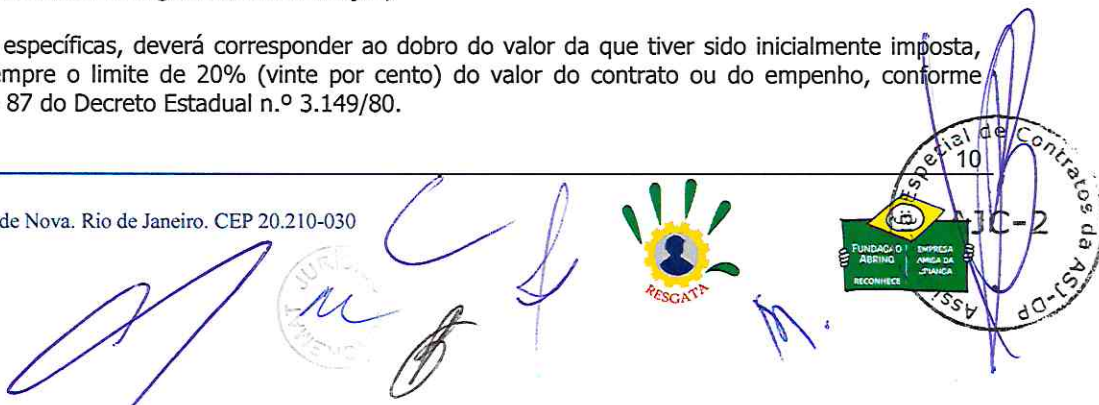
a) corresponderá individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.



15.5. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea c, do item 15.1, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

15.6. O não atendimento às solicitações da Fiscalização da **CEDAE**, sujeitará a **CONTRATADA** a multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato.

15.7. A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

15.8. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, ocorrendo rescisão por motivo imputável à **CONTRATADA**, esta responderá, alternativamente, à escolha da **CEDAE**, por:

a - multa rescisória de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do Contrato, podendo a **CEDAE** se ressarcir desses valores com as garantias contratuais ou com os créditos de qualquer pagamento ainda devido à **CONTRATADA**; ou

b - pagamento de perdas e danos que puderem ser efetivamente apurados.

15.9. A aplicação das multas dar-se-á cumulativamente, à medida em que cada obrigação deixar de ser cumprida, limitando-se a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

15.10. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento, ou das sanções administrativas.

15.11. As multas porventura aplicadas serão consideradas dívida líquida e certa, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à contratada ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

15.12. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 15.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

15.12.1. A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

15.12.2. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

15.12.2.1 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do item 15.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d", do item 15.1.

15.13. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

15.14. As penalidades previstas no item 15.1 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

15.14.1 Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do item 15.1, ficarão impedidos de contratar Administração Pública.

Estadual Direta e Indireta; enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais entes federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos das referidas penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÃO

16.1. Constituem causas para rescisão do Contrato, de acordo com o Artigo 78 da Lei 8.666/93, os seguintes motivos, dentre outros:

- o não cumprimento de Cláusulas contratuais;
- falência;
- cessão parcial ou total das obras;
- subempreitada parcial das obras, sem prévia autorização da **CEDAE**.

16.1.1. A rescisão de que tratam os artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, se opera por ato unilateral da **CEDAE** (art. 79 - inciso I) sem que caiba à **CONTRATADA**, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito a indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da **CEDAE**, dele descontados quaisquer créditos da **CEDAE**, relativos a danos e/ou prejuízos decorrentes da execução dos serviços ou das multas que lhe venham a ser aplicadas, independentemente das demais penalidades a que estiver sujeita a **CONTRATADA**.

16.1.2. Não havendo culpa da **CONTRATADA**, para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados de conformidade com o parágrafo 2º, artigo 79 da Lei 8.666/93.

16.1.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

17.1. Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

17.2. Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação de a **CEDAE** remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela **CONTRATADA** serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.

18.2. À **CONTRATADA** é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução de serviços, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.

18.3. A **CONTRATADA** providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato.

18.4. A **CEDAE** não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causarem a terceiros em virtude de erros ou falhas no gerenciamento das obras de que cuida este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ENCARGOS

19.1. A **CONTRATADA** será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

20.1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em quaisquer de suas Cláusulas, mediante aditivo contratual, que deverá ser remetido, em no máximo 15 (quinze) dias a partir de sua publicação, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FACULDADE DE USO

21.1. O atraso, tolerância ou omissão por parte da **CEDAE** no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste Contrato, dos documentos referidos na Cláusula 2ª ou da Lei em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a **CEDAE** exercitá-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CASOS OMISSOS

22.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações da Lei 8.883.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FORO

23.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, o foro competente é o da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem justas e contratadas, mandaram emitir o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, que assinam com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 05 de DEZEMBRO de 2018.

Pela **CEDAE**:



JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


HUMBERTO DE MELLO FILHO
Diretor de Engenharia

Pelas empresas reunidas através do **CONSÓRCIO**:


LUIZ ROBERTO CANECA
Diretor Comercial
CONCREMAT


ALDO VAZ SAMPAIO
Diretor Operacional
CONCREMAT


JOSÉ DE RIBAMAR JORGE NOGUEIRA DA CRUZ
Procurador
ENCIBRA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-CONSÓRCIO-AGUA-PARA-BAIXADA-contratação-do-gerenciamento-e-supervisão-das-obras-de-abastecimento-CN-004-2016-VBO

Sistema de Registro Integrado (REGIN/JUCERJA), nos termos da Lei Estadual nº 6.426, de 05/04/2013.

Art. 10 - O INEA deverá publicar, editar e manter atualizados semestralmente em seu sítio eletrônico, os seguintes indicadores da gestão estadual de licenciamento ambiental:

I- número de requerimentos de Instrumentos do SLAM protocolados a cada mês;

II- número de Instrumentos do SLAM emitidos a cada mês, distinguindo aqueles emitidos pela sede daqueles emitidos por superintendências regionais;

III- número de Instrumentos do SLAM emitidos a cada mês distinguindo aqueles emitidos dentro do prazo legal, dos demais;

IV- número total de requerimentos pendentes de conclusão e que tenham ultrapassado o prazo legal.

Disposições Transitórias

Art. 11 - Todas as unidades do INEA que emitem Instrumentos do SLAM, em 180 dias após a publicação desta Resolução, deverão estar integradas na Plataforma Digital de Licenciamento Ambiental (PDLA).

Parágrafo Único - Após o período previsto no caput, todos os processos novos deverão ser digitais e as renovações de processos originados de processos manuais também deverão ser digitais.

Art. 12 - Os processos de licenciamento ambiental remanescentes em meio físico, que não possuam demandas com outros órgãos ou pendências do requerente, deverão ter sua análise finalizada no prazo máximo de 2 anos.

Art. 13 - O INEA deverá elaborar no prazo de 180 dias um manual de orientação ao usuário contendo um passo-a-passo do procedimento previsto nesta Resolução, a ser disponibilizado no Portal do INEA.

Disposições Finais

Art. 14 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2018

MARCO AURÉLIO DAMATO PORTO

Presidente

Id: 2151155

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI00151718

NOME: A&D Extração e Moagem de Minérios Ltda ME. CNPJ/CPF Nº: 04.449.093/0003-59. ENDEREÇO: Rodovia Presidente Dutra, Km 267, Vila Principal. MUNICÍPIO: Barra Mansa - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às condicionantes de validade nº 12 e 19 da LO nº IN038310. ENQUADRAMENTO: Art. 87 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.101345/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI00150178

NOME: Marcus Vinícius Cunha Filho. CNPJ/CPF Nº: 078.177.057-20. ENDEREÇO: Rua Bos Ventura Xavier Botelho, s/n, Varjão, MUNICÍPIO: Pinhal - RJ. INFRAÇÃO: Por causar degradação ambiental que provoque modificação nas condições da superfície, sem a devida licença ambiental. ENQUADRAMENTO: Art. 94 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: R\$ 9.017,45. PROCESSO Nº E-07/002.09095/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBGEAI00151755

NOME: Dario Derenzi filho. CNPJ/CPF Nº: 097.579.707-78. ENDEREÇO: Condomínio Village Itapirapuan - Pontal. MUNICÍPIO: Angra dos Reis - RJ. INFRAÇÃO: Auto lavrado pelo não atendimento a notificação nº SUPBIGNOT01052234. ENQUADRAMENTO: Art. 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: R\$ 2.048,43. PROCESSO Nº E-07/002.8321/2017.

Id: 2151350

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

RETIFICAÇÃO

D.O. DE 05.12.2018

PÁGINA 21 - 3ª COLUNA/DESPACHO DO DIRETOR

DE 03.12.2018

PROCESSO Nº E-07/0512.581/2012

Onde se lê:

...com efeitos a partir de 15/11/2018...

Leia-se:

...com efeitos a partir de 19/11/2018...

Id: 2151355

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

DIRETORIA DE BIODIVERSIDADE, ÁREAS PROTEGIDAS E ECOSISTEMAS

ATOS DA DIRETORIA ADJUNTA

PORTARIA INEA/DIBAPE Nº 103 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018

ESTABELECE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DE ARARAS.

A DIRETORA ADJUNTA DE BIODIVERSIDADE, ÁREAS PROTEGIDAS E ECOSISTEMAS DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA/RJ, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Decreto nº 46.037, de 05 de julho de 2017.

CONSIDERANDO:

- a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que define as competências dos conselhos das unidades de conservação, e a Portaria IEF/RJ nº 260/2008, que estabelece diretrizes e procedimentos para composição e funcionamento dos conselhos das unidades de conservação administradas pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão sucessor do extinto IEF/RJ;

- a Resolução SEAA nº 59, de 07 de julho de 1977 - Cria a Reserva Biológica Estadual de Araras;

- o Decreto Estadual nº 43.888, de 28 de fevereiro de 2012 - Dispõe sobre a ampliação da Reserva Biológica Estadual de Araras; e

- a Deliberação Condi/Inea nº 14, de 20 de agosto de 2010 - aprova o Plano de Manejo da Reserva Biológica Estadual de Araras.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer a composição do Conselho Consultivo da Reserva Biológica Estadual de Araras com a finalidade de contribuir com ações voltadas à sua proteção e efetiva implantação.

Art. 2º - O Conselho terá a participação de representantes dos seguintes órgãos públicos e entidades da sociedade civil:

I. Instituto Estadual do Ambiente - INEA;

II. Associação de Amigos e Moradores do Vale das Videiras - AMAVALE;

III. Arima/Vida;

IV. Associação de Moradores e Amigos do Rocio - ASSOMAR;

V. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) - 15º Grupamento de Bombeiros Militar;

VI. Clínica Veterinária Mata Atlântica;

VII. Condomínio Fazenda Araras;

VIII. Empresa Brasileira de Extensão Rural do Rio de Janeiro - EMATER RJ;

IX. Força Aérea Brasileira (FAB) - Destacamento de Controle do Espaço Aéreo Pico do Couto (DTCEA-PCO) - 1º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA-I);

X. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) - Área de Proteção Ambiental de Petrópolis (APA Petrópolis);

XI. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) - Seccional de Petrópolis;

XII. Prefeitura Municipal de Miguel Pereira - Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMIMA);

XIII. Prefeitura Municipal de Paty do Alferes - Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (SMACT);

XIV. Prefeitura Municipal de Petrópolis - Secretaria de Meio Ambiente;

XV. Projeto Araras;

XVI. Sindicato Rural de Petrópolis;

XVII. Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA - Universidade Estácio de Sá, Campus Petrópolis;

XVIII. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Instituto Três Rios (ITR).

Parágrafo Único - O Conselho Consultivo será presidido pelo Chefe da Reserva Biológica Estadual de Araras, ou servidor oficialmente designado à gestão desta Unidade de Conservação.

Art. 3º - O mandato dos conselheiros será de (02) dois anos, renovável por igual período.

Parágrafo Único - As atividades exercidas pelos conselheiros não serão remuneradas, sendo consideradas de relevante interesse público.

Art. 4º - As entidades participantes terão o prazo de 40 (quarenta) dias, contados da publicação desta Portaria, para indicar formalmente seus representantes, efetivos e suplentes, no Conselho.

Art. 5º - As atribuições dos membros, a organização e forma de funcionamento do Conselho Consultivo da Reserva Biológica Estadual de Araras serão fixados em Regimento Interno, a ser aprovado pelos seus membros, no prazo de 120 (cento e vinte dias), contados da publicação desta Portaria.

Art. 6º - Toda e qualquer proposta de alteração na composição do Conselho deverá ser registrada em Ata de Reunião e submetida à análise do INEA-RJ.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2018.

JULIA KISHIDA BOCHNER

Diretora Adjunta

Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

PORTARIA INEA/DIBAPE Nº 104 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018

ESTABELECE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE ESTADUAL DA SERRA DA ESTRELA.

A DIRETORA ADJUNTA, DE BIODIVERSIDADE ÁREAS PROTEGIDAS E ECOSISTEMAS DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA/RJ, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Decreto nº 46.037, de 05 de julho de 2017.

CONSIDERANDO:

- a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que define as competências dos conselhos das unidades de conservação, e a Portaria IEF/RJ nº 260/2008, que estabelece diretrizes e procedimentos para composição e funcionamento dos conselhos das unidades de conservação administradas pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão sucessor do extinto IEF/RJ, e

- a Lei Estadual nº 7.826, de 27 de dezembro de 2017 - Cria o Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Serra da Estrela.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer a composição do Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Serra da Estrela com a finalidade de contribuir com ações voltadas à sua proteção e efetiva implantação.

Art. 2º - O Conselho terá a participação de representantes dos seguintes órgãos públicos e entidades da sociedade civil:

I. Instituto Estadual do Ambiente - INEA;

II. Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;

III. Associação de Apoio à Escola Colégio Estadual José Veríssimo - Colégio Estadual José Veríssimo;

IV. Associação de Apoio à Escola Municipal Geraldo Ventura Dias - Escola Municipal Geraldo Ventura;

V. Associação de Apoio à Escola Municipalizada Pedro Amado - Escola Municipalizada Pedro Amado;

VI. Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico - Novo Encanto Ecologia;

VII. Centro Excursionista Petropolitano - CEP;

VIII. Companhia de Concessões Rodoviárias de Juiz de Fora-Rio - CONCER;

IX. Faculdades Católicas - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio;

X. Fundação Octacílio Gualberto - Faculdade Arthur Sá Earp Neto / Faculdade de Medicina de Petrópolis - FASE/FMP;

XI. Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL - Fábrica Estrela;

XII. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;

XIII. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO;

XIV. Nestor Assis Vidal Junior MEL - Pista Serra Velha: Mountain Bike, Enduro, Downhill;

XV. NovAmosanta;

XVI. Ordem dos Advogados do Brasil Seção Rio de Janeiro - OAB-RJ 3ª Subseção;

XVII. Prefeitura Municipal de Duque de Caxias - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias;

XVIII. Prefeitura Municipal de Magé - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé;

XIX. Prefeitura Municipal de Petrópolis - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Petrópolis e Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Petrópolis;

XX. Projeto Água;

XXI. Rio de Janeiro Refrescos LTDA - Coca-Cola Andina;

XXII. Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA - Universidade Estácio de Sá - UNESA, Campus Petrópolis.

§ 1º - O Conselho Consultivo será presidido pelo Chefe do Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Serra da Estrela, ou servidor oficialmente designado à gestão desta Unidade de Conservação.

§ 2º - As instituições listadas nos incisos "IV" e "V" deste artigo comporão representação única.

Art. 3º - O mandato dos conselheiros será de (02) dois anos, renovável por igual período.

Parágrafo Único - As atividades exercidas pelos conselheiros não serão remuneradas, sendo consideradas de relevante interesse público.

Art. 4º - As entidades participantes terão o prazo de 40 (quarenta) dias, contados da publicação desta Portaria, para indicar formalmente seus representantes, efetivos e suplentes, no Conselho.

Art. 5º - As atribuições dos membros, a organização e forma de funcionamento do Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Serra da Estrela serão fixados em Regimento Interno, a ser aprovado pelos seus membros, no prazo de 120 (cento e vinte dias), contados da publicação desta Portaria.

Art. 6º - Toda e qualquer proposta de alteração na composição do Conselho deverá ser registrada em Ata de Reunião e submetida à análise do INEA-RJ.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2018

JULIA KISHIDA BOCHNER

Diretora Adjunta

Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

Id: 2151353

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 02/10/2018

DESIGNA SÉRGIO PINHEIRO DE ALMEIDA, Engenheiro E, como Presidente, MARCIO ECKHARDT, Engenheiro F e CLAUDIO DE ASSUMPÇÃO BASTOS, Técnico de Saneamento II, como membros titulares e ANDRÉ CRUZEIRO DA SILVA, Engenheiro C, como membro suplente, Gerente do Contrato REYNALDO DE SOUZA OUTRA, Agente Administrativo A e ARI RICARDO CARVALHO DE ALMEIDA, Agente de Saneamento E, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CONTRATAÇÃO DO GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE", de que trata o Processo nº E-17/100.188/2016, Ordem de Serviço "E" nº 15.267/2018.

Id: 2151296

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

DESPACHO DO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO

DE 10/12/2018

PROCESSO Nº E-22/001/100.118/2018 - AUTORIZO a dispensa de licitação, de acordo com inciso II, art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, no valor de R\$ 7.407,00 (sete mil quatrocentos e sete reais), em favor de FORSEG COMERCIO DE EXTINTORES LTDA - ME para serviço de recarga de 165 (cento e sessenta e cinco) extintores de incêndio das Unidades de Atendimento SINE/RJ, nos termos da autorização do senhor chefe de Gabinete, Ordenador de Despesas.

Id: 2151302

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

DE 10/12/2018

PROCESSO Nº E-22/001/100.118/2018 - AUTORIZO a dispensa de licitação, de acordo com inciso II, art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, no valor de R\$ 7.407,00 (sete mil quatrocentos e sete reais), em favor de FORSEG COMERCIO DE EXTINTORES LTDA - ME para serviço de recarga de 165 (cento e sessenta e cinco) extintores de incêndio das Unidades de Atendimento SINE/RJ.

Id: 2151314

RETIFICAÇÃO

D.O. DE 13/11/2018

PÁGINA 15 - 2ª COLUNA

ATO DO SECRETÁRIO

DE 17.09.2018

"RITA DE CÁSSIA DAL PRA

Onde se lê: "... Nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com § 1º do art. 40 da Constituição Federal;

Leia-se: "... Nos termos do § 1º, inciso I do art. 40 da Constituição Federal de 1988.

Id: 2151385

Controladoria Geral do Estado

CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGIME DISCIPLINAR

ATOS DO SUPERINTENDENTE

DE 30.11.2018

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar irregularidades ocorridas no Colégio Estadual Manuel de Abreu, da Secretaria de Estado de Educação, conforme pronunciamentos às fls. 03/13, 70/73, 80/83, Processo nº E-03/002/2903/2017

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar irregularidades ocorridas no âmbito do Instituto de Educação Cleliã Nanci, da Secretaria de Estado de Educação, conforme pronunciamentos às fls. 05/14, 94/96, 100, 114/127 e 129/134. Processo nº E-03/006/3582/2017

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar irregularidades ocorridas no âmbito do Instituto de Educação Sarah Kubitschek, da Secretaria de Estado de Educação, conforme pronunciamentos às fls. 03/24, 87/90, 93/94, 107/108, Processo nº E-03/008/2767/2014

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar irregularidades ocorridas no âmbito do Colégio Estadual Rubem Braga, da Secretaria de Estado de Educação, conforme pronunciamentos às fls. 03/10, 70/75, 78/79 e 83/85. Processo nº E-03/001/6404/2016

Id: 2151300

Procuradoria Geral do Estado

ATO DO PROCURADOR-GERAL

*RESOLUÇÃO PGE Nº 4.298 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018

DESIGNA A COMISSÃO EXAMINADORA DO 18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 6º, XLIII, da Lei Complementar nº 15, de 25 de novembro de 1980, e o art. 2º, §1º do Regulamento do 18º Concurso para Ingresso na Classe Inicial da Carreira de Procurador do Estado do Rio de Janeiro, ouvido o Conselho da Procuradoria Geral do Estado, em sessão realizada em 28 de novembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Comissão Examinadora do 18º Concurso para Ingresso na Classe Inicial da Carreira de Procurador do Estado:

PRESIDENTE Procurador do Estado JOSÉ CARLOS VASCONCELOS DOS REIS

VICE-PRESIDENTE Procuradora do Estado JULIANA CURVACHO CAPELLA ALMEIDA DA SILVA

SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA
COORDENAÇÃO REGIONAL DE INSPEÇÃO ESCOLAR
METROPOLITANA V
CIEP BRIZOLÃO 116 VILA MAIA
EDITAL

O DIRETOR DO CIEP BRIZOLÃO 116 VILA MAIA, sito na Avenida Nova Aurora, s/nº, Nova Aurora, Município de Belford Roxo, Censo Escolar 33044662, nos termos da Resolução SEEDUC nº 5469/2016, torna pública a relação nominal de concluintes do CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, autorizado pela Resolução SEEDUC nº 5410/2016, ANO LETIVO DE 2018/1º SEMESTRE, TURMA NEJA IV: Carlos Alexandre de Mattos Soares, Matrícula 201616990300371; Carlos Esteves de Almeida Ferreira, Matrícula 201614210202010; Damiana da Silva Agostinho, Matrícula 201055890328210; Deseu Lucio Gomes, Matrícula 20161421020201291; Francisca Maria Silva de Lima, Matrícula 201616990300452; Jessica Leite Dias, Matrícula 201614210201100; José Batista da Silva, Matrícula 201616990299268; Mayara de Paula Lima Figueiredo, Matrícula 200914210024520; Nathan Cordeiro Pinto, Matrícula 201339890541428; Robert Vinicius Conceição Pinheiro Reis, Matrícula 201418050714423; Roberto Gomes, Matrícula 201308510531910; Rodrigo Alves da Conceição, Matrícula 20142102111556; Secretária Escolar, Denise da Silva Duarte Waschenhsky, designada no DOERJ de 23 de novembro de 2004, página 17, 3ª coluna, Diretora: Ana Claudia de Moraes Paschoa, designada no DOERJ de 20 de março de 2014, página 20, 3ª coluna, Servidores que autorizaram a publicação: Leonardo Marelles Cerqueira, ID. 4206712-0 e Maria dos Anjos de Andrade Machado, ID 3958934-0.

Id: 2151332

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia,
Inovação e Desenvolvimento Social

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROFESSOR ASSISTENTE, 04 (QUATRO) VAGAS, DA FACULDADE DE ENFERMAGEM, DO DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA, ÁREA DE ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA, COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) H/S.

A SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS, de acordo com o Regulamento do Concurso Público, item 14.3 do Edital, torna pública a ELIMINAÇÃO da candidata TATHIANA SILVA DE SOUZA MARTINS, 3ª classificada, por não comparecimento no ato da convocação. Proc. nº E-26/007/1056/2016.

Id: 2151321

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL

SOB O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONTA PROFERIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOS AUTOS DOS PROCESSOS Nºs 0153645-86/2017, 19.0001 e 0130949-22/2018, 19.0001, CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROFESSOR, 01 (UMA) VAGA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS, DO DEPARTAMENTO DE PATOLOGIA E LABORATÓRIOS, ÁREA PATOLOGIA GERAL, COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS.

Em decorrência da VACÂNCIA da professora Fátima de Barros Fonseca, publicada no D.O. de 03/01/2018 por meio da Portaria nº 583/2018, a Superintendente de Recursos Humanos CONVOCA a candidata MARILZA DE MOURA RIBEIRO CARVALHO, segunda colocada no concurso, com base no art. 8º do processo do TAC, a comparecer, em dia e horário a serem informados futuramente por e-mail, à sala T-115, pavilhão João Lyra Filho - Campus da UERJ - bloco F - Térreo, Maracanã, a fim de ser submetida à exame médico admissional e entrega de documentação. Proc. nº E-26/007/15058/2014.

Id: 2151014

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 488/2018

A UERJ torna pública que a licitação para contratação de empresa especializada na execução de obras de recuperação e RECONSTRUÇÃO DAS FACHADAS E DA IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA DO Teatro Odylo Costa, Filho, localizada no campus Francisco Neiró de Lima da Universidade do Estado do Rio de Janeiro anteriormente marcada para 22/11/2018 às 14h, FICA ADIADA PARA 11/01/2019, às 14h. E-26/007/1000/2013. Conforme Decreto nº 45.109/2015 e nº 45.680/2016, Edital e Anexos disponíveis no site: www.compras.rj.gov.br.

Id: 2151058

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2019

A UERJ torna pública que realizará no dia 07/01/2019, às 14h, a licitação para contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução de REFORMA DAS FACHADAS DO PRÉDIO da Faculdade de Formação de Professores, Rua Dr. Francisco Portela, Nº 1470 - Patronato - São Gonçalo - Rio de Janeiro, Proc. E-26/007/18852/2012.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019

A UERJ torna pública que realizará no dia 08/01/2019, às 14h, a licitação para contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução de reformas para permitir a ACESSIBILIDADE DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA (PPD) e/ou com Mobilidade Reduzida (PMR), ao prédio do Pavilhão Paulo de Carvalho, localizada na Avenida 28 de Setembro, 157, Vila Isabel, Rio de Janeiro - RJ, Proc. E-26/007/4111/2018.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2019

A UERJ torna pública que realizará no dia 09/01/2019, às 14h, a licitação para contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução de PROJETO DE INSTALAÇÕES E OBRAS DE REFORMA DO Laboratório de Simulação (LAB-SIM), no 7º pavimento do Pavilhão América Piquet Carneiro, Faculdade de Ciências Médicas, na Avenida Professor Manuel de Abreu, 444 - Vila Isabel - Rio de Janeiro - RJ, Proc. E-26/007/102480/2018.

Conforme Decretos nº 45.109/2015 e nº 45.680/2016, Edital e anexos disponíveis no site: www.compras.rj.gov.br.

Id: 2150798

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SANTA CRUZ

EDITAIS

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SANTA CRUZ nos termos da Portaria FAETEC/PR nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna público o nome do aluno que concluiu o Curso de EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO - ANO: 2014 ALEXANDRO SANTOS

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL SANTA CRUZ nos termos da Portaria FAETEC/PR nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública a emissão de 2ª VIA de Certificados/Diplomas expedidos por este Estabelecimento de Ensino.

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2001

FAGNER MAGALHÃES DE MESQUITA

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2002

ADRIANA VANESSA PESSOA DE LIMA

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2004

EDUARDO MEDEIROS DE ALMEIDA

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2005

CAMILA DE AMORIM NATAL

FERNANDA DO ESPÍRITO SANTO SIQUEIRA

MARCILENE DA SILVA BRITO

CURSO: ENSINO MÉDIO - ANO: 2008

NATANAEL DE BARROS MARTINS BARBOZA

CURSO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ANO: 2005

FERNANDA DO ESPÍRITO SANTO SIQUEIRA

CURSO: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO - ANO: 2005

ADRIANA VANESSA PESSOA DE LIMA

CURSO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA - ANO: 2006

EDUARDO MEDEIROS DE ALMEIDA

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOÃO BARCELOS MARTINS

RETIFICAÇÕES

D.O. de 19/05/2010

PÁGINA 28 - 2ª COLUNA

EDITAL

Onde se lê:

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOÃO BARCELOS MARTINS, nos termos da Portaria PR / FAETEC Nº 163/2004, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/04, torna público o nome do aluno que concluiu o curso de EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM CONCOMITÂNCIA COM O ENSINO MÉDIO neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - ANO: 2009

JHONATA DA SILVA VIEIRA

Leia-se:

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOÃO BARCELOS MARTINS, nos termos da Portaria PR / FAETEC Nº 163/2004, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/04, torna público o nome do aluno que concluiu o curso de EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - ANO: 2009

JHONATA DA SILVA VIEIRA

D.O. de 23/12/2010

PÁGINA 3 - 2ª COLUNA

EDITAL

Onde se lê:

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOÃO BARCELOS MARTINS, nos termos da Portaria PR / FAETEC Nº 163/2004, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/04, torna público o nome do aluno que concluiu o curso de EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ANO: 2015

DANIELE FERREIRA JESUS

Leia-se:

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOÃO BARCELOS MARTINS, nos termos da Portaria PR / FAETEC Nº 163/2004, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/04, torna público o nome do aluno que concluiu o curso de EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO neste Estabelecimento de Ensino.

CURSO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ANO: 2015

DANIELE FERREIRA JESUS

Id: 2151347

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 486/2016.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através da Fundação para Infância e Adolescência e o Grupo Afrocoltural Oxiúba Axé.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e retomada dos desembolsos do Termo de Colaboração nº 486/2016, suspenso por meio da Portaria FIA nº 338 de 2016, com fundamento na Portaria FIA nº 418, de 01 de outubro de 2016, que tornou sem efeito a suspensão.

VIGÊNCIA: A vigência fica prorrogada automaticamente pelo período em que a parceria ficou suspensa por força do artigo 79, § 5º da Lei Federal nº 8.666/93, qual seja de 08/12/2018 até 05/04/2021.

DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos decorrentes dos repasses financeiros, originários da programação orçamentária e financeira da FIA, durante toda a vigência da PARCERIA totalizam a quantia de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), sendo de até R\$ 50.005,54 (cinquenta mil cinco reais e cinquenta e quatro centavos), para o ano de 2016; de até R\$ 0,00 para o ano de 2017, uma vez que se encontrava suspenso, de até R\$ 20.835,64 (vinte mil oitocentos trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), para o ano de 2018, de até R\$ 266.646,35 (duzentos e sessenta e seis mil seiscentos e quarenta e seis reais e trinta e cinco centavos), para o ano de 2019, e de até R\$ 333.338,03 (trezentos e trinta e três mil trezentos e trinta e oito reais e três centavos), para o ano de 2020, e de até R\$ 79.175,44 (setenta e nove mil cento e setenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) para o ano de 2021.

PT. 08.181.0070.5579 MOD: 3350 FR: 103

FUNDAMENTO LEGAL: Regido pelas disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas alterações, e demais dispositivos da legislação aplicável à matéria.

DATA DE ASSINATURA: 06/12/2018.

PROCESSO Nº E-23/002/7452/2015.

Id: 2151226

Secretaria de Estado de Transportes

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 022/2012.

PARTES: O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES, e a empresa TRANS-SISTEMA DE TRANSPORTES S.A.

OBJETO: Constitui objeto do presente a inclusão de cláusula de concessão do reajuste contratual.

DATA DA ASSINATURA: 10 de dezembro de 2018.

VALOR: Sem alteração de valor.

FUNDAMENTAÇÃO DO ATO: Conforme fundamento no art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666 de 1993, e no item 12.8 do Edital conforme decidido no Processo nº E-12/000297/2012.

Id: 2151132

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato de Adesão para permissão de prestação do serviço público de transporte intermunicipal por veículos de baixa capacidade.

PARTES: Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ e o Sr. Carlos Henrique da Silva.

OBJETO: Prestação de serviço público de transporte intermunicipal por veículos de baixa capacidade na linha C113 Miguel Pereira - Três Rios.

PRazo: Prazo único e improrrogável fixado em 12/05/2019, constante na Cláusula Quarta do Contrato.

DATA DA ASSINATURA: 09/11/2018.

FUNDAMENTO: Processo nº E-10/005/100726/2018.

Id: 2151062

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

COMISSÃO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

EDITAL

ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 06/2018

A COMISSÃO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRO/RJ, instituída através da Portaria DETRO/PRES. nº 1182, de 28 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 30 de janeiro de 2015, em conformidade com os prazos definidos na Tabela de Temporalidade de Documentos das atividades meio e fim, torna público, a quem possa interessar, que a partir do 4º (quadrágésimo quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital, se não houver oposição, será eliminada a documentação constante na Listagem de Eliminação de Documentos. Os documentos estão disponíveis para consulta no link: www.detro.rj.gov.br/processos-expurgados, devendo, para tanto, comparecer ao órgão para retirá-los no prazo supramencionado. Os interessados poderão solicitar a guarda dos documentos analógicos ou cópia impressa de documentos digitais, que em conformidade com a Portaria DETRO/PRES. nº 1111/13, será emitido um boleto para o pagamento da taxa de serviço.

Id: 2151067

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A PREGOEIRA DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRO/RJ - torna pública que realizará a licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico no sistema SIGA, conforme abaixo descrito:

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 010/2018.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de impressão e reprografia corporativa para utilização de materiais gráficos e impressos com técnicas de segurança de utilização restrita do DETRO/RJ.

TIPO: Menor Preço Global.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 21/12/2018, às 09:30h.

DATA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 21/12/2018, às 10:00h.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.compras.rj.gov.br.

PROCESSO Nº E-10/005/102838/2018.

O Edital e seus Anexos estarão à disposição dos interessados, no endereço eletrônico acima, podendo, alternativamente, ser obtida via impressa, mediante a permissão de 01(uma) resma de papel A4, 75gsm, ou CD na sede deste DETRO/RJ, à Rua Uruguaiana, nº 118 - 10º andar, DAF/COMAT, Centro, Rio de Janeiro, no horário das 10:00 às 16:00h.

Outras informações sobre a presente licitação poderão ser obtidas através do telefone 3883-4100 - Ramal: 4487 ou pelo endereço eletrônico: licitacao@detro.rj.gov.br c/c licitacao.detro@gmail.com

Id: 2151490

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEAD Nº 169/2018 (DT).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEAD - e as empresas reunidas através do CONSÓRCIO ÁGUA PARA A BAIXADA.

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DO GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE".

PRazo: 24 (vinte e quatro) meses.

VALOR: R\$ 16.830.804,54 (dezesseis milhões, oitocentos e trinta mil oitocentos e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 05/12/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.180/2016 (CN nº 004/2016).

Id: 2151297

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 04 ao Contrato CEAD nº 102/2015 (DI).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEAD - e a TRANSPORTES MUCHELIN LTDA - EPP.

OBJETO: Prorrogação do prazo contratual.

PRazo: 360 (trezentos e sessenta) dias.

VALOR: R\$ 5.067.324,00 (cinco milhões, sessenta e sete mil trezentos e quatro reais e trinta e quatro centavos).

DATA DA ASSINATURA: 03/12/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.371/2015 (Pregão Eletrônico nº 056/2015).

Id: 2151290

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo INEA nº 52/2018 - Quarto Termo Aditivo ao Contrato INEA nº 42/2012, assinado em 06/07/2012. PARTES:

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA e IEDA COSTA DIAS.

LUIS EDUARDO COSTA DIAS, ANTONIO CARLOS COSTA DIAS E ANDREA COSTA DIAS SILVA. OBJETO: Prorrogação do Contrato INEA nº 42/2012 por mais 36 (trinta e seis) meses, a partir de 25/01/2019. VALOR: R\$ 382.044,36 (trezentos e oitenta e dois mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos). DATA DA ASSINATURA: 07/12/2018. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações. Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, Decretos nºs 3.149/80 e 42.301/2010. PROCESSO Nº E-07/002/502.692/2012.

Id: 2151352

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EDITAL

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Constatação SUPBICGON/01013950, emitido em 04/01/2016, com enquadramento nos artigos 46, 61 e 92 da mesma Lei, Processo nº E-07/002.4791/2016.

CONVOCA:

NOME: Condomínio Gaieirinha. CNPJ/CPF Nº: 39.165.832/0001-01.

ENDEREÇO: Rodovia BR 101 KM 111 - Itanema - Angra dos Reis/RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Avenida Luigi Amêndola, 236 - Parque das Palmeiras, Angra dos Reis/RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

Id: 2151353

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, designadas pela Portaria INEA/PRES nº 747, de 30 de novembro de 2017, do Instituto Estadual do Ambiente-INEA torna público que fará realizar o pregão abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2018

OBJETO: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS PARA O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE".

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL.

DATA DE INÍCIO DE ACOPLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 12/12/2018, ÀS 09:00 HORAS.

Id: 2151353